



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

22/11/2014 ATÉ 22/11/2014



INDÍCE

1	IMIRANTE.COM	
	1.1 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	1
2	O IMPARCIAL ONLINE	
	2.1 EVENTOS.....	2
	2.2 OBRAS / REFORMAS.....	3

Semana da Conciliação tem início próxima na segunda-feira (24)

IMIRANTE COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA CGJ-MA

21/11/2014 às 16h32

Para o período, estão agendadas, no Maranhão, 11.870 audiências.

SÃO LUÍS - Será aberta na próxima segunda-feira (24), no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, a IX Semana Nacional de Conciliação, campanha de mobilização, realizada anualmente, que envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito. A semana segue até o dia 28 de novembro.

Para o período, estão agendadas, no Maranhão, 11.870 audiências, lembrando que algumas unidades ainda não informaram o quantitativo de audiências agendadas. No ano passado, no Maranhão, foram agendadas 15.315 audiências. Destas, 15.257 aconteceram, sendo um dos índices mais altos do país.

Entre as unidades que mais agendaram audiências para a Semana Nacional de Conciliação, destaque para a Vara única da cidade de Anajatuba, com 504 audiências. No município de Turiaçu, serão 435, na 1ª Vara da cidade de Buriticupu serão 416 e no município de São Mateus estão marcadas 407. Na capital, o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 214 audiências, e o 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 118. Para o juiz Alexandre Abreu, a Justiça maranhense já vem priorizando a conciliação há algum tempo.

Fórum

Estão agendadas para o Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) 882 audiências da IX Semana Nacional de Conciliação. O mutirão do projeto Reconhecer é Amar, com 14 audiências de reconhecimento de paternidade, também integrará a programação do evento, uma campanha de mobilização, realizada anualmente em tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito.

No Fórum de São Luís, informaram o número de audiências agendadas para a Semana da Conciliação a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 7ª Varas da Família, no total de 470 audiências; 12ª Vara Cível (20); 1º Juizado Criminal (121); o 3º e 8º Juizados Cíveis, com 214 e 57, respectivamente. A 4ª Vara da Família fará também o mutirão de reconhecimento de paternidade, que ocorre sempre na última sexta-feira do mês em uma das sete varas da Família de São Luís.

Para o primeiro dia de atividades da Semana da Conciliação no Fórum da capital estão agendadas 198 audiências. O Centro de Conciliação que funciona no fórum fará suas audiências no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (UEMA).

“É um evento de caráter nacional, envolvendo uma ferramenta fundamental para o bom funcionamento do judiciário, que é a conciliação. Percebe-se o engajamento das unidades de todo o Estado, mesmo sendo o incentivo à conciliação uma constante nas varas e juizados do Maranhão”, ressaltou a corregedora Nelma

Sarney. “A semana da conciliação tem o objetivo, além de incentivar sempre a conciliação como alternativa viável e interessante para a solução de conflitos, de reduzir o grande estoque de processos na justiça. e nossos juizados estão sobrecarregados de processos, mas têm realizado um belo trabalho”, ressalta Márcia Chaves, juíza coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

“Conciliar foi, é, e será sempre o melhor caminho. Evita perda de tempo, evita aborrecimentos e desgastes, e desafoga o trabalho das unidades judiciais. Há tempos que a Justiça maranhense atentou-se para isso, e com a recente implantação dos centros de conciliação, temos a intenção fazer com que a utilização do diálogo e do entendimento seja uma constante na solução de questões judiciais”, ressalta o magistrado.

Sobre a Semana

Durante a Semana Nacional da Conciliação, os tribunais de todo o Brasil selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas no conflito. Caso o cidadão ou instituição tenha interesse em incluir o processo na Semana, deve procurar, com antecedência, o tribunal em que o caso tramita. Quando uma empresa ou órgão público está envolvido em muitos processos, normalmente, o tribunal faz uma audiência prévia para sensibilizar a empresa/órgão a trazer ao mutirão boas propostas de acordo.

As conciliações pretendidas durante a Semana são chamadas de processuais, ou seja, quando o caso já está na Justiça. No entanto, há outra forma de conciliação: a pré-processual ou informal, que ocorre antes do processo ser instaurado e o próprio interessado busca a solução do conflito com o auxílio de conciliadores e/ou juízes. A Semana Nacional da Conciliação é um marco anual das ações do Conselho Nacional de Justiça e dos tribunais para fortalecer a cultura do diálogo. Mais de 60 mil processos devem ser resolvidos durante IX Semana Nacional de Conciliação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Encontro defende ação integrada no combate às organizações criminosas

Membros do Ministério Público, delegados e juízes participaram nesta sexta-feira (21) durante todo o dia, no Hotel Luzeiros, do 2º Encontro Operacional Criminal: mecanismos atuais de combate ao crime organizado no sistema prisional, organizado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão.

Participaram da mesa solene dos trabalhos a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, o desembargador Ribamar Castro, que representou a presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, a delegada-geral da Polícia Civil, Maria Cristina Menezes, o coordenador do Gaeco, promotor de justiça Marco Aurélio Rodrigues, a diretora da Escola Superior do Ministério Público, Ana Teresa Freitas, o presidente da Associação do Ministério Público (Ampem), José Augusto Cutrim Gomes, e os palestrantes do encontro: o delegado-geral adjunto da Polícia Civil do Maranhão, Augusto Barros, o promotor de justiça João Santa Terra Júnior, integrante do Gaeco de São Paulo, e o juiz da 5ª Vara Criminal de São José do Rio Preto-SP, Caio César Melluso.

Na abertura do evento, a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, ressaltou a importância da união de todas as instituições de justiça no combate ao crime organizado existente dentro do sistema prisional. "É necessário que sejam efetivamente contidos os atos que emanam dessas organizações. E isso tem de ser concretizado em curto espaço de tempo", afirmou.

Regina Rocha declarou, ainda, acreditar na eficácia de encontros como este para a troca de experiências e informações. "Que aqui sejam definidas estratégias eficientes de intercâmbio entre os órgãos para que tenham sempre o mesmo nível de conhecimento sobre os estágios e as práticas das organizações criminosas e assim possam operar de forma cooperativa".

Ação Integrada

O coordenador do Gaeco, promotor de justiça Marco Aurélio Rodrigues, enfatizou a necessidade de ação integrada das instituições. "Juntos podemos minimizar os efeitos danosos das organizações criminosas. Precisamos nos sensibilizar para garantir a paz tanto nos palácios como nas periferias", defendeu.

Na programação do encontro, o delegado-geral adjunto da Polícia Civil do Maranhão, Augusto Barros, proferiu a palestra "O trabalho de inteligência da Polícia Civil do Maranhão no combate às organizações criminosas". Ele apresentou dados, sobretudo, da atuação policial, algumas vezes em parceria com o Ministério Público, contra as quadrilhas de assaltantes de bancos.

Barros garantiu que, apesar de escassos os recursos destinados à Polícia Civil, os investimentos ocorridos nos últimos anos contribuíram para a redução da prática criminosa. Ressaltou, neste aspecto, a importância das técnicas operacionais de inteligência.

Investigação pelo MP

Ainda pela manhã, o promotor de justiça João Santa Terra Júnior, integrante do Gaeco de São Paulo, explanou sobre "A Investigação Criminal pelo Ministério Público no Combate à Criminalidade Organizada". Foram relacionadas as principais facções criminosas com atuação nos presídios paulistas, algumas com ramificações no país inteiro, como o PCC (Primeiro Comando da Capital). Ele revelou números que demonstram que em São Paulo a criminalidade dentro dos presídios é muito expressiva.

Santa Terra também defendeu o intercâmbio entre Ministério Público, Judiciário, Polícias Civil e Militar para o combate às organizações criminosas.

À tarde, o juiz de direito da 5ª Vara Criminal de São José do Rio Preto-SP, Caio César Melluso, abordou "O papel do juiz criminal no enfrentamento às organizações criminosas". O evento foi encerrado com a apresentação das conclusões de todos os palestrantes.

São Bernardo e Porto Franco terão novos fóruns judiciais

As obras do Fórum de São Bernardo estão bastante avançadas. As comarcas de São Bernardo (entrância inicial) e Porto Franco (entrância intermediária), terão novos fóruns até março de 2015. As obras de implantação são realizadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ).

Em São Bernardo - município com mais de 27 mil habitantes, distante 435 km da capital - a nova sede da comarca está sendo construída na Rua Dom Pedro II, num espaço de 700,70 m² e área total de 2.275 m². A unidade integra o polo judicial de Chapadinha e tem como termo judiciário o município de Santana do Maranhão.

Já em Porto Franco - município da Região Sul do Maranhão com cerca de 22 mil habitantes, localizado a 732 km da capital - o novo fórum terá 952,60 m². A unidade, que é uma das maiores do polo judicial de Imperatriz, tem cerca de quatro mil processos em tramitação, nas duas varas e juizado especial.

A comarca atende também os termos judiciários de Campestre do Maranhão, Lajeado Novo e São João do Paraíso. Além da estrutura padrão contará com amplo estacionamento para servidores e salão do júri.

De acordo com o projeto, ambas as unidades serão dotadas de espaço para funcionamento das varas, salas para distribuição, OAB, CPD, oficiais de justiça, depósito, copa, almoxarifado, banheiros feminino, masculino e para portadores de necessidade especiais.

Obras concluídas

Entre as obras já concluídas pelo Judiciário está o fórum de Magalhães de Almeida, entregue à população em agosto deste ano. Com área total de 3.464 m², sendo 496,05 m² destinados à edificação, a unidade funciona na Avenida Getúlio Vargas, estruturada, mobiliada e equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização.

Em Buriticupu, o novo prédio da Justiça estadual foi concluído em abril, beneficiando cerca de 100 mil pessoas, melhorando significativamente a prestação jurisdicional na comarca, que é polo judicial de Imperatriz", ressalta o diretor de Engenharia do TJMA, Arnor Machado Filho.

Com área construída de 882 m², o prédio tem espaço para o funcionamento de dois gabinetes, um salão do júri com capacidade para 110 pessoas, sala de audiência, recepção/atendimento, arquivos, entre outros compartimentos. É o primeiro Fórum inaugurado na atual gestão, com terreno cedido pelo Incra.